



IAB INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
NA VANGUARDA DO DIREITO DESDE 1843

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL

Indicação nº 012/2021

Relator: Tiago Lins e Silva

Objeto: Projeto de Lei nº 5315/2020, de autoria da Deputada Edna Rodrigues (PSDB/PB), objetivando inserir “nova circunstância agravante no art. 61 do Código Penal, consistente na prática de crime nas dependências de local destinado à realização de culto religioso”.

Ementa: PROJETO DE LEI 5315/2020. PROPOSTA LEGISLATIVA QUE PRETENDE INSERIR NOVA CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE NO ART. 61 DO CÓDIGO PENAL, QUANDO PRATICADO O CRIME NAS DEPENDÊNCIAS DE LOCAL DESTINADO À REALIZAÇÃO DE CULTO RELIGIOSO. PARECER PELA REJEIÇÃO INTEGRAL.

1. Liberdade de crença, cerimônia e prática de culto religioso já são objeto de proteção própria no Código Penal (art. 208 do Código Penal). 2. O lugar em que praticado o delito pode ser considerado para a dosimetria da pena, em cada caso concreto, nos termos do art. 59 do Código Penal. 3. Falta de justificativa para a criação de regra legal de agravamento de pena específica para delito praticado em local de culto religioso. 4. Suposta situação de vulnerabilidade que se verifica, em tese, em vários outros locais. 5. Tratamento diferenciado irrazoável. 6. Parecer pela rejeição integral do Projeto de Lei.

Palavras-chave: Direito Penal – Inclusão nova agravante de pena – art. 61 do Código Penal – local de culto religioso – parecer pela rejeição integral do Projeto de Lei.

O presente parecer trata do Projeto de Lei nº 5315/2020, da Câmara dos Deputados, de autoria da Deputada Federal Edna Rodrigues e que visa incluir nova circunstância agravante da pena no art. 61 do Código Penal, para as hipóteses em que o crime for cometido “nas dependências de local destinado à realização de culto religioso”.

Eis o inteiro teor do Projeto de Lei, de tramitação ordinária e que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da referida Casa Legislativa:

“Art. 1º Esta Lei insere nova circunstância agravante no Código Penal, consistente na prática de crime nas dependências de local destinado à realização de culto religioso.

Art. 2º O inciso II do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “m”:

“Art. 61

.....

m) nas dependências de local destinado à realização de culto religioso.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.”

Da “Justificação” apresentada no Projeto para a alteração legislativa, colhe-se o seguinte:

“O presente expediente destina-se a recrudescer o tratamento penal dispensado ao agente que pratica crime nas dependências de local destinado à realização de culto religioso.

Conforme preceitua o art. 5º, inc. VI, da Constituição Federal, “*é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias*”.

Sobreleva dizer que o respeito à liberdade de culto consiste em verdadeira obrigação imposta a todo cidadão que zela pela manutenção do nosso Estado laico, bem como pela continuidade de uma sociedade livre.

No entanto, é indispensável registrar que o nosso país experimenta uma verdadeira epidemia de delitos, como homicídios, latrocínios, furtos e roubos, vêm sendo praticados justamente nos locais onde os cultos religiosos são realizados, colocando em risco seus frequentadores e trabalhadores.

Nessa senda, é inadmissível que, por ocasião da dosimetria da pena fixada ao condenado pelo cometimento de crime realizado nesses locais, seja desconsiderado o fato de que a conduta se encontra revestida de maior periculosidade, ante a situação de vulnerabilidade em que as vítimas se encontravam e sem a possibilidade de opor resistência.

Logo, é dever desta Casa Legislativa promover o aperfeiçoamento da legislação criminal, possibilitando ao Magistrado a aplicação de censura penal realmente condizente com a gravidade do delito.

Trata-se, portanto, de medida importante e necessária ao enfrentamento e adequada punição dos infratores da legislação criminal, razão pela qual conto com o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.”

Inicialmente, cabe pontuar que, como bem observado pelo Consócio Eric Cwajgenbaum na reunião da Comissão Permanente de Direito Penal em que se tratou da indicação objeto desse parecer, não consta da justificativa do Projeto de Lei a referência a estudo com dados concretos que permitam inferir que crimes cometidos “*nas dependências de local destina à pratica de culto religioso*” visem violar a liberdade de consciência e de crença ou impedir o livre exercício de cultos, conforme garante a todos a Constituição da República em seu art. 5º, inciso VI. Também assiste razão ao ilustre Consócio quando ressaltou que o termo “religião” ou, no caso do PL em debate, “religioso” pode acarretar no entendimento de que não estejam abrangidas todas as formas de expressão de fé, inclusive os cultos de origem africana, razão pela qual, se vier a ser aprovado o PL, deve considerar a inclusão de locais onde se realizem “*quaisquer formas de expressão de fé*”.

O parecer, contudo, é pela integral rejeição do Projeto de Lei nº 5315/2020, não se justificando a inclusão de nova circunstância legal de agravamento da pena pelo fato de o crime ser cometido nas dependências de local destinado à prática de culto religioso.

Cabe registrar que a liberdade de consciência e de crença e, em especial, a cerimônia ou prática de culto religioso já são objeto de proteção própria no Código Penal, valendo transcrever aqui o que dispõe o seu art. 208:

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

Desse modo, se a finalidade do PL é a de garantir o respeito à liberdade de culto a partir da censura penal, o simples ato de perturbar a “cerimônia ou prática de culto religioso” consta do Código Penal não como mero agravamento de pena, mas como crime específico.

Na “Justificação” do PL é registrado que o país experimenta diversos delitos, inclusive homicídios, praticados nos locais onde os cultos religiosos são realizados.

Nesse aspecto, cabe observar que a pena para o crime de homicídio, por exemplo, é altíssima (máximo de 20 anos na forma simples do tipo do art. 121 do Código Penal), não sendo a previsão de uma circunstância agravante que acarretará na desejada prevenção geral ao delito, com a máxima vênia.

Aliás, no que tange à dosimetria da pena, nada impede o Juiz de considerar, na análise de cada caso concreto, o local do delito como uma eventual circunstância para a fixação individualizada da pena (dentro dos limites do tipo penal), nos termos do art. 59 do Código Penal¹.

¹ Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e conseqüências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: I - as penas aplicáveis dentre as cominadas; II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos; III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade; IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.

Destaca a autora do PL, ainda, que haveria uma maior periculosidade na conduta de quem comete o delito nas dependências de local destinado à realização de culto religioso, ante a situação de vulnerabilidade em que as vítimas se encontram, a impossibilitar a resistência.

Ocorre que, apenas para citar alguns exemplos, a mesma situação de vulnerabilidade, pelo inesperado ou pela concentração da vítima em determinado assunto ou pessoa, pode ser vista em delitos praticados em escolas e universidades (onde os alunos estão a prestar atenção nas aulas ministradas pelos professores), em museus (onde os frequentadores estão absortos e concentrados em analisar obras de arte), em cinemas, teatros ou locais de apresentações musicais (onde a concentração está voltada para a tela ou palco).

Assim, não se justifica a previsão de circunstância agravante específica quanto a local de culto religioso. Afinal, seria mais grave o furto de uma carteira de alguém que esteja na igreja do que se cometido contra quem se encontra no museu ou na escola? Não se vislumbra razão para essa diferenciação, devendo ser observada, ainda a laicidade do Estado.

Anote-se, por fim, que se o criminoso atuar com dissimulação ou outro recurso que dificulte ou impossibilite a defesa da vítima, essa circunstância está prevista como agravante, de forma genérica para qualquer local, na alínea “c” do inciso II do art. 61 do Código Penal².

Diante do exposto, entendemos não se justificar a inserção de nova regra geral de agravamento da pena, inerente a crime que seja cometido em local de realização de culto religioso, ainda mais quando a liberdade de culto já é objeto de tutela penal pelo art. 208 do Código Penal, sendo o presente parecer no sentido de que o Instituto dos Advogados Brasileiros se posicione pela rejeição do Projeto de Lei nº 5315/2020, da Câmara dos Deputados.

² Art. 61 - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime:

Rio de Janeiro, 9 de julho de 2021.

Tiago Lins e Silva

Advogado – OAB/RJ 102.06

Membro da Comissão Permanente de Direito Penal

... c) à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido;